



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
GABINETE DA VEREADORA JOELMA LEITE

PROTOCOLO
Câmara Municipal de Parauapebas
Diretoria Legislativa
Data: 06/06/16
12.08 h 21 min 30 s
Assinatura

Parauapebas-PA, 06 de junho de 2016.

MEMO Nº 032/16 – GAB. VEREADORA JOELMA LEITE


Ao Dr. Jardison James
Secretaria Legislativa

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o, encaminho o Projeto de Lei nº 038/2015 acompanhado de seu respectivo parecer.

Agradeço a atenção.

Atenciosamente,


Daniela Marisa Costa
Chefe de Gabinete
Ver. Joelma Leite



PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão Permanente de Justiça e Redação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 038/2015

Parecer ao Projeto de Lei nº 038/2015, de autoria do Vereador Bruno Leonardo Araújo Soares, que institui a data de 22 de setembro como o Dia Municipal Sem Carro no calendário oficial de eventos do município de Parauapebas.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei apresentado pelo Exmo. Senhor Vereador *Bruno Leonardo Araújo Soares*, com o intuito incluir a data de 22 de setembro como o Dia Municipal Sem Carro no calendário oficial de eventos deste município.

O Projeto de Lei vem devidamente acompanhado de justificativa.

Conforme inteligência do artigo 181-B do Regimento Interno desta Casa de Leis, o texto foi encaminhado a Procuradoria Legislativa, que por sua vez exarou parecer prévio opinando pela regularidade da proposição.

Desta forma, a iniciativa encontra-se nesta Comissão de Justiça e Redação, para elaboração de parecer final, ao qual passa-se a fazer.

II – VOTO DO RELATOR

Primeiramente, cabe salientar que a iniciativa em tela, foi previamente analisada pela Procuradoria Geral Legislativa, por meio da Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo, resultando no Parecer Jurídico Prévio nº 054/2015, com opinião favorável ao regular prosseguimento do Projeto.

 1



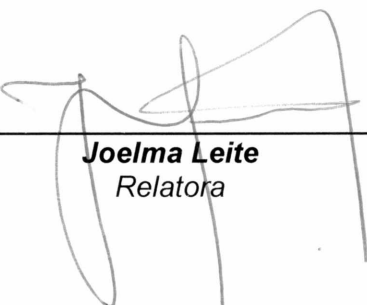
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão Permanente de Justiça e Redação

Seguindo a entendimento retro mencionado, destaca-se que a iniciativa em apreço se manifesta dentro dos princípios constitucionais exigidos, estando em consonância com as formalidades legais necessárias, em especial a de iniciativa. Por outro lado, com enfoque no plano material da proposição, não foi encontrado qualquer dispositivo que afronte a Constituição Federal ou mesmo a Lei Orgânica Municipal. Assim esta iniciativa não apresenta qualquer óbice a sua regular tramitação e final aprovação.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se favoravelmente à apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 038/2015, por ser constitucional, legal e juridicamente viável.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2016.



Joelma Leite
Relatora



PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão Permanente de Justiça e Redação

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Parauapebas, em reunião de 06 de junho de 2016, OPINOU PELA APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 038/2016.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores **Eliene Sousa da Silva, Joelma de Moura Leite e Euzébio Rodrigues dos Santos.**

Sala das Comissões, 06 de junho de 2016.

Eliene Soares Sousa da Silva

Presidente da CJR

Joelma de Moura Leite

Membro da CJR

Euzébio Rodrigues dos Santos

Membro da CJR